

Conter inflação com câmbio é 'erro mortal', diz Delfim Netto

Ex-ministro condena o recurso, mas diz que é o 'único disponível no momento'; segundo ele, inflação deve fechar o ano pouco abaixo do teto

Ricardo Leopoldo

O ex-ministro da Fazenda Delfim Netto afirmou ontem que o "Banco Central usa o câmbio" para segurar a inflação no curto prazo. "É um erro mortal, mas é o único (recurso) disponível no momento", destacou. Ele estima que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deverá fechar este ano pouco abaixo do teto de 6,5%.

Em entrevista ao *Broadcast*, serviço de notícias em tempo real da Agência Estado, Delfim afirmou que o próximo governo pode adotar algumas medidas essenciais para reduzir as pressões sobre o IPCA a partir do início de 2015.

Segundo ele, a correção dos preços administrados deveria ocorrer de uma só vez no próximo ano. "Isso é fundamental para retomar a ancoragem das expectativas sobre a inflação, ajudando a convergi-las à meta de 4,5%", disse. "As expectativas vão continuar eternamente elevadas se há a percepção generalizada da sociedade de que preços administrados são responsáveis por 1,5 ponto porcentual do IPCA e isso não é corrigido nunca", ponderou.

Nesse contexto, o ex-ministro defendeu que o governo anuncie a regra de retificação

da defasagem dos combustíveis no Brasil em relação às cotações internacionais.

"A sociedade deveria estar ciente de que esta correção vai ocorrer num horizonte de 18 meses", destacou Delfim. "Contudo, é fundamental deixar claro que não há uma data exata de quando isso vai ocorrer, ela será aleatória dentro deste prazo e ponto final."

PIB estagnado. Delfim afirmou que vê o Produto Interno Bruto (PIB) estagnado no segundo trimestre, com resultado próximo de 0%. "A economia para 2014 está dada e deve ser relativamente fraca, com um crescimento ao redor de

● **Nova onda**

"A economia para 2014 está dada e deve ser relativamente fraca, com um crescimento ao redor de 1,5%."

"Parece que há uma nova onda daqueles que acreditam que o Brasil não pode ter juro real abaixo de 6% ao ano. Isso é uma tolice e a taxa pode ser mais baixa sim."

Delfim Netto

EX-MINISTRO DA FAZENDA

1,5%", comentou. Ele acredita que a inflação neste ano ficará pouco abaixo do teto de 6,5%.

Contudo, Delfim ressaltou que, devido às "imensas potencialidades" que o País possui é totalmente viável que a economia retome um ritmo de expansão entre 3% e 4% em três anos. "Para que isso ocorra é fundamental que o Estado se torne bem mais eficiente - nem mínimo nem balofo", comentou.

"Nesse contexto, não dá mais para usar a política fiscal para estimular o consumo, como ocorreu nos últimos anos", disse. "O superávit primário deveria subir para a média de 2,5% do PIB ao ano, a fim de reduzir o patamar da dívida bruta dos atuais 58% para 45% do PIB em seis anos. E por que 45%? Esse número é relevante porque, se houver alguma necessidade de elevar os gastos públicos para puxar a demanda, há essa folga essencial."

Juros. Por outro lado, o ex-ministro da Fazenda ressaltou que o retorno da harmonia da política fiscal com a monetária, como havia em 2011, ajudará a reduzir os juros, o que é muito importante para estimular os investimentos e ampliar a oferta.

"Parece que há uma nova onda daqueles que acreditam que o Brasil não pode ter juro real



Política fiscal. Delfim defende fim do estímulo ao consumo

abaixo de 6% ao ano. Isso é uma tolice e a taxa pode ser mais baixa, sim", disse.

Mas Delfim destacou que a política monetária é uma espécie de força resultante do bom controle de gastos do governo, patamar do câmbio e ritmo de expansão dos salários compatível com a velocidade da produtividade do trabalho.

"Como a carga tributária está próxima a 36% do PIB, pode-se gerar muito mais eficiência no setor público. E com isso é possível perfeitamente levar o déficit nominal para perto de zero

em quatro anos", destacou.

Na avaliação do ex-ministro, um elemento essencial para estimular os investimentos no País é o governo intensificar o programa de concessões em infraestrutura, pois isso vai combater os gargalos nacionais de logística, especialmente em portos, rodovias e ferrovias.

"É preciso ter modicidade tarifária nos leilões, mas eles precisam ser feitos de forma que viabilize uma boa taxa de retorno dos projetos. E isso é coisa para profissionais e não para amadores de Brasília", disse.